

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS DA AGRICULTURA COMO O CAMINHO DA CONSOLIDAÇÃO DE PREMISSAS E TEORIA DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA

Rubia Cristina Wegner¹
Marcelo Pereira Fernandes²

Resumo: Este artigo analisa os elementos que orientam o processo de modernização da agricultura da China desde o fim da década de 1990 como parte da teoria do Partido Comunista da China (PCCh) e das diretrizes do Conselho de Estado da China (CE). Por “modernização da agricultura” referimo-nos ao processo de expansão de programas voltados para “agricultura, zonas rurais e agricultores” e ao aumento do gasto público neste setor desde o final da década de 1990. Há incentivo do Comitê Central do PCCh e do CE para a capitalização e formação de um sistema de negócios agrícolas e rurais, como parte da intenção de fortalecer a internacionalização de grandes empresas do setor, bem como equacionar questões estruturais da agricultura no plano doméstico. Como defendemos, este é um processo que fortalece o socialismo de mercado, constituindo uma nova etapa.

Palavras-chave: Modernização da agricultura. Socialismo de mercado. Partido Comunista da China.

DEVELOPMENT OF AGRICULTURAL PRODUCTIVE FORCES AS THE WAY TO CONSOLIDATE THE PREMISES AND THEORY OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA

Abstract: This article analyzes the elements that have guided the process of modernization of China’s agriculture since the late 1990s, as part of the theory of the Communist Party of China (CPC) and the guidelines of the State Council of China (SC). By “modernization of agriculture” we refer to the process of expanding programs aimed at “agriculture, rural areas and farmers” and the increase in public spending in this sector since the late 1990s. There is encouragement from the CPC Central Committee and the SC for the capitalization and formation of an agricultural and rural business system, as part of the intention to strengthen the internationalization of large companies in the sector, as well as to address structural issues in agriculture at the domestic level. As we argue, this is a process that strengthens market socialism, constituting a new stage.

Keywords: Modernization of agriculture. Market socialism. Communist Party of China.

EL DESARROLLO DE LAS FUERZAS PRODUCTIVAS AGRÍCOLAS COMO FORMA DE CONSOLIDAR LAS PREMISAS Y LA TEORÍA DEL PARTIDO COMUNISTA DE CHINA

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de Ciências Econômicas, Seropédica-RJ, Brasil, rubiawegner@ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-4824-8414>

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Departamento de Ciências Econômicas, Seropédica-RJ, Brasil, mapefern@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-4550-8564>

Resumen: Este artículo analiza los elementos que han guiado el proceso de modernización de la agricultura de China desde finales de la década de 1990 como parte de la teoría del Partido Comunista de China (PCCh) y las directrices del Consejo de Estado de China (CS). Por “modernización de la agricultura” nos referimos al proceso de expansión de los programas dirigidos a “la agricultura, las zonas rurales y los agricultores” y al aumento del gasto público en este sector desde finales de los años 1990. El Comité Central del PCCh y el CE alientan la capitalización y formación de un sistema empresarial agropecuario y rural, como parte de la intención de fortalecer la internacionalización de las grandes empresas del sector, así como atender temas estructurales del agro a nivel nacional. Como sostenemos, se trata de un proceso que fortalece el socialismo de mercado, constituyendo una nueva etapa.

Palabras clave: Modernización de la agricultura. Socialismo de mercado. Partido Comunista de China.

Introdução

Xi Jinping, durante o 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh), realizado em 2017, incorporou à Constituição da China, o ‘socialismo de características chinesas para uma Nova Era’. O entendimento de Xi Jinping e do PCCh, que o socialismo é inevitável, mesmo ao se incorporar de forma planejada alguns elementos capitalistas sob um período de transição. A avaliação do Premier do Conselho de Estado, Li Keqiang, durante a 3ª Sessão do 13º Congresso Nacional do Povo, em maio de 2020, por ocasião do aniversário da fundação do PCCh pode ser considerada emblemática: “We celebrated the 70th anniversary of the founding of the People’s Republic of China. This occasion has inspired a strong sense of patriotism among all Chinese people, creating a powerful force that will bring great victories for socialism with Chinese characteristics in the new era.” (Keqiang 2020).

Entendimento esse que não constitui uma novidade. A revitalização da nação se mostrou uma esperança para população da China ainda em 1921, quando o PCCh foi fundado, consubstanciando-se na ‘Revolução da Nova Democracia’ liderada pelo Partido e que levou à criação da República Popular da China (RPC). Em seu discurso, o presidente Xi Jinping destacou que foi a Revolução que colocou o País na rota do desenvolvimento e as reformas econômicas iniciadas em fim da década de 1970 permitiram junto com o ‘socialismo de características chinesas’, que essa trajetória se mantivesse.

Pouco depois, durante abertura da sessão anual do 13º Congresso Nacional do Povo, em março de 2022, Xi Jinping ressaltou, ao apresentar o relatório de trabalho do PCCh, as conquistas com o fortalecimento das políticas de suporte à agricultura e de desenvolvimento de áreas rurais, de alívio da pobreza e de se assegurar boas safras e crescimento da renda da população residente na área rural, além do aumento anual da área destinada à produção agrícola – em 2021, foram mais 6,67 milhões de hectares (JINYMENG, 2022). O presidente da China declarou também que o país deve expandir e fortalecer sua produção de alimentos para garantir que a população chinesa tenha comida chinesa em suas ‘tigelas’ (ZHANG, 2022; SPINELLI, 2022).

Desde fins da década de 1990 que as ações estratégicas para agricultura, agricultores e áreas rurais começam a ser mencionadas em documentos oficiais do Conselho de Estado (CE) e Comitê Central do PCCh. A ‘revitalização do rural’ aprofunda medidas para ‘modernização da agricultura da China’ em curso há mais tempo. Medidas como aumento da escala das unidades agrícolas de produção, criação de novos atores empresariais – como agricultores especializados, cooperativas de agricultores e as empresas privadas que acedem a benefícios estatais, como crédito subsidiado, ao comprovarem, após seleção por edital público, que cumprem requisitos para o título de líderes da industrialização da agricultura, as *dragon heads*, como ficaram conhecidas. Além destas, a promoção da inovação e tecnologia na agricultura, uma regulação mais competitiva de mercados em culturas comerciais de maior valor agregado, novas formas de contratação da produção agrícola e pecuária, e a consolidação de um sistema nacional de financiamento para agricultura e uma agricultura que possa avançar no mercado internacional. Este processo tem sido estudado por diferentes autores como: Zhang e Donaldson (2008); Huang; Gao e Peng (2012); Huang (2011); Zhang (2012); Huang e Gao (2013); Yan e Chen (2015); Zhang (2015); Schneider (2017), dentre outros.

Um dos pontos fundamentais do que estamos denominando de modernização contemporânea da agricultura chinesa é a expansão de programas para ‘agricultura, agricultores e áreas rurais’ e o aumento dos gastos públicos com o setor, desde os primeiros anos da década de 2000. Neste artigo, buscamos identificar os seus principais elementos e efeitos quando se tornam uma necessidade explícita e mais

convergente com aumento da escala de produção, aumento de eficiência e produtividade e aprofundamento da integração vertical – integração de capitais comercial e industrial à agricultura.

Mormente, a interpretação de estudiosos ocidentais é de que estaria em curso, na China, uma modernização agrícola capitalista – como: Schneider e Shefali (2014), Schneider (2017), Zhang e Donaldson (2008), Zhang (2012), dentre outros. Neste artigo, argumentamos em direção contrária, entendendo que, de fato, é mais um dos processos que fortalece o socialismo de mercado de características chinesas. Sendo assim, é importante destacar que, apesar das reformas que tiveram em curso até o presente, a natureza da propriedade da terra permanece sendo estatal, como estabelecido em Constituição. Ademais, todo o processo é controlado pelo PCCh e poder executivo com seu aparato político, institucional e financeiro.

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir os elementos que permitem compreender o processo de modernização da agricultura da China, conduzido desde fins da década de 1990 como sendo parte da teoria do PCCh e das diretrizes do CE da China. Para tal, realizou-se um esforço de pesquisa em documentos oficiais do PCCh e do CE, seguidos de análise e interpretação que serão apresentados ao longo do texto. Além desta introdução e das considerações finais, este artigo é composto de uma seção em que examinaremos o debate teórico sobre a modernização da agricultura, tendo como base as teses de Lenin e os populistas russos sobre o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura na Rússia. Esse debate, especialmente a tese de Lênin, foi determinante para que se culminasse na Revolução e, no caso da China, a revitalização do rural contém muito da tese de Lênin. Uma segunda seção em que as diretrizes de política para modernização são discutidas e uma terceira seção em que os novos atores da modernização – cuja criação foi incentivada pelo Estado – são apresentados como resultado.

O debate teórico sobre agricultura e acumulação de capital

Esta seção foi escrita com o objetivo de apresentar o debate das teses, sobretudo, de Lênin e os populistas russos a respeito da explicação do crescimento

da participação da agricultura no processo de desenvolvimento econômico da Rússia, a partir da pequena produção agrícola. Espera-se, que desse debate – rememorado nos estudos mais recentes sobre a modernização da agricultura da China – seja possível fundamentar a análise das transformações (modernização) da agricultura da China e sua transição agrária a partir da modernização da agricultura contemporânea. Quer dizer, algumas avaliações entendem que esse processo se dá a partir de uma opção pequena produção agrícola *versus* grande produção agropecuária – ‘agronegócio de características chinesas’, como enfatiza Schneider (2016). Essa revisitação permite contemplar a compreensão do desenvolvimento da agricultura da China tal como projetado pelo CE e Comitê Central do PCCh enquanto etapa do socialismo de características chinesas.

Para este artigo, entende-se que na literatura acadêmica, a principal teorização em torno da pequena produção agrícola, desenvolvimento capitalista da agricultura e questão agrária se dá em torno das obras: “A questão agrária” de Karl Kautsky (1889), “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, de Lênin (1889). O esforço em explicar e prever o desenvolvimento econômico da Rússia no âmbito das transformações desde a abolição oficial da servidão e reforma da propriedade da terra (1861) suscitou um fecundo debate em torno das possibilidades de desenvolvimento capitalista e socialismo na Rússia. Sobre as relações capitalistas no campo, Lênin e Kautsky concordavam entre si. Para esses autores, a agricultura estava igualmente subordinada à lógica do capital. Porém, Lênin avaliaria que os pequenos agricultores, dada a penetração do capital na agricultura, desapareceriam enquanto classe e para Kautsky, pequeno agricultor se reduziria a proletário.

De fato, no início do século XX, a Rússia experimentou uma transformação tal, que se forma um mercado interno para agricultura devido ao crescimento da indústria, o desenvolvimento rápido das relações de mercado e da natureza mercantil da exploração agrícola. Além disso, o movimento cooperativo cresceu e os mecanismos de auxílio à agricultura também (FERNANDES, 2017; POMERANZ, 2018).

Em “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, Lênin, com avaliação de dados estatísticos da Rússia, dedica-se a compreender a questão agrária no país, entre o fim do século XIX e o início do século XX, período em que a questão agrária

na Rússia suscitou debates entre diferentes correntes, como marxistas e populistas. Essa obra é considerada por Oliveira (2006) um plano de estudos de Lênin para compreender a formação de classes sociais em países cuja fundação é rural. Tavares e Quintans (2017) ressaltam que Lênin procura desconstruir as teses populistas partindo dos dados estatísticos, da formação do mercado interno para o capitalismo da Rússia, considerando as mudanças deflagradas a partir da reforma promovida pelo czar Alexandre II. É dessas transformações que Lênin partirá para identificar, naquela obra, lançando mão de uma profunda análise de dados estatísticos a partir dos *zemtsovs*, que constituiriam um processo de formação do mercado interno para produção capitalista com base na decomposição da pequena produção agrícola e do artesanato, oriundas da Reforma de 1861, classificada de 'anticamponesa' por Lênin, ao promover a desintegração da pequena produção agrícola. Sua argumentação não seguirá pelos caminhos do ruralismo ou pelos caminhos modernizantes, como corretamente salienta Oliveira (2006).

Nesse debate, entendia-se que a pequena produção agrícola na Rússia mantinha peculiaridades que sustentavam as divergências sobre o seu papel no desenvolvimento capitalista da Rússia. Silva (2012) destaca que medidas governamentais ao longo do século XIX contribuíram para manter os camponeses em suas comunidades (*mir*) para preservar a comuna rural e sua baixa produtividade, mesmo que tivesse início um processo de diferenciação social. Por outro lado, no âmbito do populismo, as tradições rurais comunitárias russas permitiriam que o País, ao contrário dos demais países, pudesse realizar a transição ao socialismo sem passar pelo capitalismo. Assim, o atraso de suas forças produtivas ou o anacronismo de suas relações sociais não seriam um problema, sendo um caso único, não seria necessário partir da acumulação primitiva, como avaliado em *O Capital* de Marx.

Lênin (1982), a sua vez, compreende a dubiedade dessa avaliação e é do estudo do desenvolvimento do capitalismo da Rússia e da formação de classes sociais que partirá seu estudo investigativo. Isso porque os populistas consideravam que o modo de produção capitalista tinha um problema crônico de subconsumo, isto é, o mais-valor não poderia ser realizado, visto que os camponeses pobres não poderiam formar um mercado capaz de comprar as mercadorias produzidas em larga escala

pela indústria capitalista. A estagnação da economia seria inevitável por falta de um mercado interno, especificamente para os bens de consumo dos trabalhadores.

Essa visão pessimista do capitalismo atrelava-se a uma posição de muita convicção quanto ao dinamismo da vida comunitária camponesa, contrária ao individualismo do capitalismo. O populista Vorontsov afirma que: “The people’s party would stand to gain a great deal if to its faith in the vitality of the foundations of peasant life was added a conviction of the historical impossibility of the growth of capitalist production in Russia” (Vorontsov apud Harding 1983, 81-82).

A teoria leninista de ‘desintegração do campesinato’ traçada em ‘*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*’ parte da análise da formação do mercado capitalista, e que o desenvolvimento capitalista promoveria relações de produção – o antagonismo entre a burguesia rural e os operários agrícolas – que desintegrariam o campesinato. Para Lênin, respondendo diretamente aos populistas, o campesinato desapareceria ou os pequenos agricultores se tornariam proletarizados.

Na avaliação de Chayanov (1966), influenciado pelos populistas russo, o grau de intensidade do trabalho, portanto, ocorre pelo limite da superexploração, sendo que o tamanho da família camponesa é que determina não somente a organização interna da economia camponesa como do limite máximo daquela exploração. Dessa forma, o camponês não faria cálculos ou tomava decisões em termos de acumulação de capital: ao produzir o suficiente para comprar o que necessita para sobreviver, o camponês deixa de trabalhar. Essa noção de que a produção camponesa se voltava para subsistência foi tomada, de acordo com Pontes Maia (2005), após se observar que aumentos de preços dos grãos não se seguiam a aumentos de produção e vice-versa. É, assim, uma perspectiva microeconômica de tomada individual (camponês) de decisões.

Oliveira (2006) fornece um quadro mais elucidativo do contexto em que a discussão entre as correntes ‘populistas’ e ‘marxistas’ se dá na Rússia, entre fins do século XIX e início do século XX. A análise seguida por Lênin não se inclina nem para a perspectiva de excepcionalidade do caso da Rússia em comparação com os demais países capitalistas ocidentais, nem com a tendência de superestimar a especificidade do caso da Rússia quanto a sua organização e tradição cultural camponesa por uma

organização comunitária. Para os populistas, o atraso das forças produtivas do país e suas relações sociais anacrônicas não seriam empecilhos para o país atingir o socialismo. Seria possível, para essa corrente, a Rússia atingir o socialismo, apoiando-se somente nas suas tradições comunitárias. Lênin questiona essa perspectiva, indagando que outro caminho seria possível para Rússia trilhar até o socialismo. E inicia seu estudo diretamente sobre o seu objeto, isto é: o desenvolvimento do capitalismo no campo russo e da formação de classes sociais, no momento que o capital começa a penetrar com maior intensidade no campo.

Para Lênin (1982), a industrialização do campo representava uma força progressista, sendo o capitalismo agrário, na Rússia, considerado o responsável por retirar a agricultura da então estagnação ao permitir desenvolver as suas forças produtivas. E a especialização da agricultura seria um elemento determinante dessa transformação, ainda que isso tenha submetido todo o processo as leis do mercado. A formação de ramos especializados na agricultura comercial torna as crises capitalistas e a superprodução possíveis enquanto permite a socialização do trabalho.

A compreensão da questão agrária em Lênin significa afluir em sua natureza de classe, considerando o capital e as novas relações sociais, o que se aprofundaria com a continuação da entrada do capital no campo. Lênin ressalta que o capitalismo na agricultura russa seria transitório e marcado pelo acirramento das contradições sociais. A desintegração do campesinato e o caráter capitalista do emprego das máquinas na agricultura refletiria a socialização do trabalho agrícola. Lênin (2022) tomava o rural como expressão do atraso e refutava a defesa populista de que a barbárie trazida pelo capitalismo poderia ser contornada pelo rural, ou pelo controle do ímpeto do capital a partir da tradição comunitária, camponesa. O capitalismo deveria ser induzido até sua maturidade, uma vez que para Lênin, a “revolução não podia prescindir da elevação cultural do campesinato, retirando-o das teias de sujeição capitalista. Este era o sentido maior de aliança operário-camponesa, assim como a via enquanto uma necessidade.” (OLIVEIRA, 2006, p.60).

Era necessário que o capitalismo revolucionasse as forças produtivas para depois sofrer os efeitos dessa transformação. De acordo com Lênin (1988: 134): “Na agricultura, como na indústria, as novas formas de exploração capitalistas, apesar de

todas as contradições que lhes são inerentes, representam um enorme progresso”, portanto, apontando – a partir de uma minuciosa análise de dados estatísticos da agricultura russa – que a contratação de trabalho, na agricultura, se expandia na medida que surgia uma ‘burguesia agrícola’ (HUANG; GAO; PENG, 2012). Elementos como substituição de utensílios agrícolas primitivos por máquinas e utensílios modernos, a emergência de trabalho assalariado (‘operário agrícola’) e no formato de ‘diarista’ o levam a afirmar que “esses números permitem avaliar a rapidez com que a burguesia camponesa consolida e aperfeiçoa os seus estabelecimentos agrícolas” (LENIN, 1988:147). Sua análise sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia aponta a desintegração do campesinato como um processo decorrente de novas formas de contratação do trabalho, que levam à constituição de um mercado interno.

Diretrizes da modernização contemporânea da agricultura da china

Elementos do contexto para diretrizes da modernização da agricultura da china como política de estado³

No Anexo I, estão sistematizadas algumas orientações entre os anos de 2004 e 2022, a partir do CE e Comitê Central do PCCh para a modernização da agricultura da China. Utilizamos esse período porque compreendemos que é quando as diretrizes desse processo começam a ser consolidadas. Alguns especialistas, como Huang (2017) têm denominado de ‘revolução silenciosa do campo’ ou ‘modernização sem proletarização’, outros como Yan e Chen (2015) avaliam que os capitais comercial e industrial estão adentrando na produção agrícola por diretriz do PCCh como parte da ‘economia de mercado socialista’. Zhang e Donaldson (2008), Zhang (2012), dentre outros, também discutem a transição da agricultura camponesa tradicional da China para uma intensiva em escala e em capital, integrada aos mercados como diretriz do PCCh, , enfatizando o processo de diferenciação de classes dentro do rural. Outros, como Schneider e Shefali (2014), Schneider (2017) e Day e Schneider (2018) avaliam que a trajetória de modernização da agricultura da China é puxada pelo Estado em que as empresas agroindustriais – como as *dragon heads* – induzem a agricultura a ser orquestrada pelos capitais, transformando as relações de produção.

³ Toda essa subseção foi elaborada basicamente tendo por fontes primárias os documentos oficiais do CE e do PCCh.

Entendemos que o princípio da modernização contemporânea da agricultura é orientado para o desenvolvimento das forças produtivas, como ressaltado pelo marxismo-leninismo, especificamente da indústria, fazendo emergir novas relações de produção e emprego nas zonas rurais, com incentivos pelo Comitê Central do PCCh e do CE para mecanismos de mercado ao longo da cadeia produtiva e da gestão e do uso dos recursos, como a terra rural.

E a criação de novos atores empresariais para agricultura tem sido destaque nos documentos oficiais. Por exemplo, o documento central de política número 1 de 2009 orienta governos locais e governo central a aumentar suas transferências para fundos específicos para industrialização da agricultura e as empresas *dragon head* (empresas líderes da industrialização da agricultura) é que seriam centrais para acessar esse financiamento. Em troca, essas empresas atuariam para aumentar a taxa de processamento de produtos agrícolas e pecuários da China, bem como contribuíram para desenvolver um sistema de garantias para que agricultores passassem a ter acesso a crédito e, assim, os agricultores, liderados pelas *dragon head*, seriam conduzidos a realizar P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) em suas atividades.

Segundo a avaliação dos documentos oficiais de política emitidos pelo CE e Comitê Central do PCCh, a fase contemporânea de modernização da agricultura confere maior peso à industrialização da agricultura. A diretriz dos documentos oficiais, denominada de reforma estrutural do lado da oferta agrícola, prevê desenvolvimento da cadeia produtiva agrícola com indústria e serviços, seguindo orientação de mercado para alocação de fatores. Busca-se por meio da integração produtiva da agricultura com a indústria por meio da liderança dos agricultores, aumentar a renda gerada no campo. Dessa forma, induzir-se-ia a um 'sistema de bem-estar social' no campo, com 'alívio da pobreza' na zona rural e melhoria das condições materiais de vida da população na zona rural. Em 25 de fevereiro de 2021, o CE anunciou que o país de 1,4 bilhão de habitantes não mais apresentava a pobreza extrema⁴.

O Programa Nacional de Desenvolvimento Industrial Rural (2020-2025), considerando essas recomendações anteriores e políticas, estabelece que até 2025, deverá existir na China um sistema industrial rural completo. E a 'indústria rural', com

⁴ A eliminação da pobreza extrema na China foi corroborada pelo Banco Mundial Banco Mundial que afirmou que: "By any measure, the speed and scale of China's poverty reduction is historically unprecedented" (WORLD BANK, 2022, p. xiii).

o processamento de produtos agrícolas e pecuários, seria o aspecto tomado como essencial para agregação do valor e desenvolvimento de novos agentes agrícolas especializados⁵.

A ‘revitalização do rural’ articula a intensificação da entrada de capital nas atividades agrícolas, pecuárias e rurais por meio de um mecanismo centrado no aumento da geração de lucro por negócios rurais engendrados por novos atores empresariais e de apoio do governo central com instrumentos próprios de política agrícola para este fim. Espera-se não somente aumentar os níveis de produtividade e de integração a mercados (domésticos e externos), mas gerar (aumento de) renda e melhorar os níveis de vida na zona rural. Promove-se uma interação entre capitais industrial e comercial na agricultura e pela indução da formação de novos atores no setor, tais como: expansão das cooperativas, empresas *dragon heads*, de instituições de P&D, além de atualizações dos mecanismos de transferência de terras e de concessão de subsídios, bem como o funcionamento de mercados agrícolas.

A instituição, em 2014, do sistema de ‘*three property rights*’ (TPPS), introduziu uma forma de regulamentar a separação de direitos sobre a terra e, assim, as práticas de arrendamento (HAN et al, 2021). Na avaliação desses autores, mesmo que tenha contribuído para um aumento do percentual de terras agrícolas arrendadas – em fins de 2020, seriam 30% das terras, em hectares –, o TPPS não seria assertivo quanto ao arrendamento da terra agrícola impactar a renda dos agricultores.

Este sistema, o TPPS, divide os direitos da terra agrícola (rural) em coletivos, contratuais e de gestão. Nos coletivos, entende-se que durante o período de vigência do contrato, o direito de gestão seria o único transferível e o contratual seria sempre retido pela família (contrato agrícola). Essa separação de direitos sobre a terra rural é vista por Wang e Zhang (2017) como o caminho para se promover o desenvolvimento da agricultura e, ao mesmo tempo, manter estabilidade nas sociedades rurais. E é considerando um dos aspectos mais decisivos para consolidação da estratégia de aumento da produtividade agrícola e da escala de produção agrícola (WANG; ZHANG, 2017; LIU et al, 2022).

Na avaliação de alguns autores, como Gong, Li e Elahi (2022) a regulação do mercado de terras a partir do TPPS garantiria até mesmo estabilidade e igualdade na sociedade rural chinesa. A definição de que existem direitos de uso, de contrato e de gestão, induziu a orientações consideradas mais precisas quanto aos direitos de

⁵ Documento de política n.1 do CE de 2013 – ‘*big households – cooperatives, family farmers and dragon head enterprises.*’

terras arrendadas em contrato, garantindo aumento da renda média e acesso a maiores extensões de terra agriculturável por determinados atores (GONG; LI; ELAHI, 2022).

Estado e agricultura na China: análise do período recente com base nos relatórios de implementação de orçamento

Sobre os relatórios e o orçamento

Os relatórios sobre a implementação dos orçamentos locais e nacional e o relatório de trabalho do governo são apresentados e aprovados na Terceira Sessão do Congresso Nacional do Povo. No relatório de implementação do orçamento, buscamos as informações “dispêndios com agricultura”, destacando-se os subsídios e suas especificações. Nos relatórios de trabalho do governo central, atentamo-nos para informações sobre as políticas e os programas voltados para agricultura e a zona rural. Quanto ao orçamento, interessa-nos compreender a transposição pelo CE e PCCh das metas para o desenvolvimento agrícola e rural e a participação direta do Estado no setor. Jiang e Yang (2020) realizam um percurso semelhante a esse, porém centrando-se na evolução da organização rural e nos instrumentos de política agrícola que foram sendo adotados.

Ao longo do período 2004 a 2020, o Comitê Central do PCCh e o CE, foram indicando a ampliação dos montantes de execução do orçamento no âmbito dos governos central e local com rubricas específicas para modernização da agricultura – como, agricultura, áreas rurais e agricultores, subsídios para produtores de grãos – e com rubricas indiretas – com espaço acentuado, desde 2008, para inovação tecnológica, canais de financiamento e crédito, automatização da agricultura, além de melhorias das condições de vida na zona rural.

Ano a ano, os principais documentos oficiais avaliados neste artigo – quais sejam: relatório de trabalho, relatório do orçamento e documentos centrais de política número 1 (ANEXO I) – destacaram ações concretas para ‘promoção da reforma estrutural pelo lado da oferta agrícola com integração entre os setores primário, secundário e terciário’. Conforme os sucessivos Relatórios anuais de Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, combinar a

modernização com medidas de alívio da pobreza, de uma nova urbanização, de desenvolvimento sustentável (ampliação dos programas para preservação ambiental e conservação ecológica), de geração de emprego na zona rural, programas sociais, investimentos em infraestrutura na zona rural e treinamento da mão de obra, constituem a base da construção de um novo campo socialista. O fortalecimento do Partido no campo e a satisfação das necessidades concretas da população têm sido os pilares da luta da China contra a pobreza. Articula a intensificação da entrada de capital no campo por meio de um mecanismo centrado no aumento da produtividade por negócios rurais e de apoio do governo central com instrumentos próprios de política agrícola para este fim.

Agricultura na estratégia nacional de desenvolvimento – principais pontos da política agrícola chinesa desde 2004 a partir do orçamento central

Desde o 16º Congresso Nacional do PCCh, todos os documentos de política número 16 do CE (ANEXO I) passaram a destacar ações ou soluções para os problemas da ‘agricultura, áreas rurais e agricultores’ – o que veio a se tornar uma rubrica orçamentária, o que é próprio desse tipo de documento, bem como relatórios de trabalho e de orçamento ou próprios do PCCh.

Nos documentos oficiais do governo (ANEXO I), a modernização agrícola tem sido colocada na forma de ‘sistema de indústria rural’ e se considera que os esforços realizados levam a aprofundar a integração industrial, com intensificação do processamento agrícola, bem como inovação e promoção pelo CE e Comitê Central do PCCh de novos atores no setor rural, como agricultores especializados, cooperativas agrícolas e as empresas *dragon head*.

As pequenas unidades agrícolas familiares, ao se especializarem cada vez mais em produtos de maior valor agregado, estão se tornando mais intensivas conforme se complexifica o acesso a capital e mão de obra (YE, 2015). São consideradas novas cooperativas rurais aquelas que se originaram a partir da *Law of the People’s Republic of China on Specialized Farmers Cooperatives*’ de 2006 – adotada na 24ª reunião da Comissão Permanente da Décima Assembleia Popular Nacional⁷. Cabe a elas facilitarem a entrada dos agricultores no mercado de produtos

⁶ Entende-se como os documentos, divulgados no início de cada ano pelo CE com ações a serem tomadas nos diferentes níveis de governo na China – central e locais – para alcançar as metas e diretrizes deliberadas no âmbito do PCCh e da Assembleia Popular Nacional (APN).

⁷ Essa lei instituiu cooperativas agrícolas especializadas como espaços de ajuda mútua entre agricultores, e esses podem participar livremente e fazer a gestão democraticamente – assumindo a forma de compradores, fornecedores ou usuários. No documento número 1 de política do CE, as

agrícolas e de aquisição de insumos, bem como facilitar o acesso ao crédito. De acordo com Hao (2018), seu registro ocorre, sem taxação, é que pelo menos 5 cidadãos chineses – podendo ser empresas ou outras entidades relacionadas com produção e operação da atividade fim – sendo que 80% dos membros de uma cooperativa deverão ser agricultores. A distribuição de lucros, de acordo com aquela Lei, será realizada entre os membros com base em seu faturamento junto à cooperativa e o percentual de lucros a ser dividido entre os membros deverá exceder 60% do lucro total.

Cada vez mais, as *dragon heads* têm se juntado a cooperativas, o que leva a análises que concluem a existência de ‘falsas cooperativas’ (CUI; XIE, 2014). Zhang (2009) lembra que as *dragon heads* podem *iniciar* uma cooperativa de agricultores, o que as permite, pelas características dessas cooperativas, exercer papel determinante na atuação da cooperativa. Zhang (2019:131) avalia: “*The three most popular forms are ‘company + households,’ ‘company + production base + households’ and ‘company + cooperative + households’*”.

Em 2004, 114 mil empresas estavam reconhecidas como *dragon head* em toda a China e com 84,5 milhões de residentes rurais trabalhando nessas empresas (Zhang; Donaldson, 2008). Anos depois, em 2011, Han e Changfu (2014) estimaram que havia 284 mil *dragon head* de industrialização da agricultura, envolvendo cerca de 40% dos agricultores da China. Em 2016, havia mais de 130 mil *dragon head* e de acordo com o documento do Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) que apresentou plano de desenvolvimento de empresas agrícolas e para áreas rurais em 2019, havia 90 mil *dragon head*, bem como 2,2 milhões de cooperativas de agricultores e 870 mil agricultores familiares especializados, totalizando 125 milhões de agricultores inseridos no grande mercado.

A cada ano, governos locais e departamentos locais do MARA organizam editais para criação de novas *dragon head*, bem como aquelas que já obtiveram o título, devem passar por inspeções anuais. Dessa forma, a quantidade de *dragon head* é oscilatória, assim como o número de agricultores familiares com alguma relação comercial com essas empresas. Neste artigo, enfatizamos a concepção dessas empresas no âmbito da modernização da agricultura chinesa conduzida pelo Estado desde fins da década de 1990.

cooperativas de agricultores são colocadas ao lado de agricultores familiares, grandes controladores especializados, como forma de o Estado garantir suporte na contratação de terra a ser transferida a esses atores.

⁸ Os documentos oficiais utilizam também esse formato para designar atores e relações entre eles.

Medidas e programas de política agrícola da China

A modernização contemporânea da agricultura da China transcorre pela combinação de gasto público, regulamentação do arrendamento de terras rurais para agricultura, pelo investimento em infraestrutura e Ciência e Tecnologia na agricultura e da promoção de melhorias de condições de vida da população rural. Os gastos públicos são provenientes, em grande parte, do governo central na forma de subsídios concedidos em diferentes frentes, de criação de fundos específicos estatais e da arrecadação oriunda da política de terras. Essas políticas levam a um aumento da estatização da agricultura, ainda que sob novas condições, distintas das que prevaleceram no período entre 1952-1978. Cada vez mais se constituem grandes empresas, inclusive com capacidade de competir internacionalmente.

É o gasto público que desempenha papel de orquestrar e coordenar a modernização contemporânea da agricultura. Orçamento de cada ano é aprovado no ano anterior. Por exemplo, o orçamento de 2011 foi aprovado na 5ª Sessão do 11º NPC (Congresso Nacional do Povo) em 2010. A Comissão de Assuntos Econômicos e Finanças do NPC oferece as diretrizes a partir também dos relatórios da implementação dos orçamentos de cada ano, uma vez que no documento destes relatórios, após a apresentação do que foi implementado, há uma seção de apresentação de metas e objetivos para o ano seguinte. O Ministério das Finanças foi responsável por sua execução e apresentação na 5ª sessão do NPC.

O orçamento é, assim, elaborado conforme as decisões do NPC e sua implementação do orçamento (e mudanças na tributação ou finanças públicas) ocorre a partir da resolução sempre na segunda sessão do NPC, em relatórios da implementação do orçamento no ano imediatamente anterior e nas versões iniciais dos relatórios de implementação do orçamento dos governos locais, além do relatório de análise da Comissão de assuntos econômicos e finanças do NPC (MoF, 2014).

É princípio básico elaborar e coordenar implementação de orçamento nacional, para o governo central e governos locais, que observe (garanta) crescimento econômico estável, induza a ajustamentos estruturais, melhore as condições de vida

da população, bem como aumente a confiança no/do mercado (MoF, 2017). E, cada vez mais, acentua-se uma dinâmica da gestão das contas públicas de modo a sustentar a reforma pelo lado da oferta (ANEXO II) em setores como agricultura e pecuária que faça o mercado funcionar de modo a alocar recursos sem distorções (MoF, 2014).

Não é objetivo deste artigo analisar o sistema tributário e as finanças públicas da China. Porém, é necessário destacar que a gestão do sistema tributário chinês e das finanças públicas estão em constante monitoramento e avaliação, especialmente quanto às transferências do governo central para governos locais, da gestão de fundos governamentais, em que se destaca o fundo de estabilização do orçamento nacional, bem como a tributação de modo a incentivar consumo, investimentos e projetos em ciência e tecnologia e a política de subsídios é operada em diversos setores e áreas. Entre 2008 e 2012, os gastos do governo central com a rubrica “desenvolvimento agrícola” (agricultura, áreas rurais e agricultores) aumentou a uma média anual de 23,5%, somando RMB 4,47 trilhões para o período, o que representou um aumento de RMB 2,92 trilhões em comparação com os 5 anos anteriores (MoF, 2013).

O governo central, em 2005, gastou RMB 297,5 bilhões com agricultura, áreas rurais e agricultores⁹, representando um aumento de RMB 34,9 milhões em comparação com 2004. O aumento da área cultivada foi de 2,67 milhões de hectares e a produção total de grãos totalizou 484 milhões de quilogramas, 14,54 milhões a mais do que em 2004. Ampliaram-se os programas de melhoria da qualidade dos produtos agrícolas, da industrialização da agricultura, da padronização das operações agrícolas.

Poucos anos depois, em 2008, o governo central destinou RMB 27,6 bilhões em subsídios a agricultores para compra de insumos de produção, RMB 2 bilhões para compra de maquinários e equipamentos para agricultura, RMB 6,66 bilhões para desenvolvimento de variedades superiores, RMB 15,1 bilhões para produtores de grãos essenciais (*'grain growers nationwide'*), RMB 10,53 bilhões para suporte à criação de porcos, laticínios e oleaginosas: com estas rubricas, um total em subsídios pagos pelo governo central foi superior a RMB 60 bilhões. Os subsídios se direcionaram sobretudo para produtores de grãos, produtores de grãos de variedade superior, compra de máquinas e implementos agrícolas, que atingiram RMB 103

⁹ Os documentos utilizam 'agricultor familiar' e não camponeses; tradução livre.

bilhões, em 2008. Os fundos de suporte à agricultura, zonas rurais e agricultores também foram ampliados, chegando a RMB 595,55 bilhões, um aumento de 37,9% em comparação com 2007.

De acordo com o Relatório sobre a Execução dos orçamentos nacional e local de 2019¹⁰ divulgado pelo Ministério das Finanças (MoF), em 2019, os subsídios totalizaram RMB 67,1 bilhões e foram destinados a priorizar o suporte ao desenvolvimento de unidades produtivas agrícolas de alto padrão de qualidade, bem como da irrigação em unidades produtivas agrícolas e projetos de conservação da água¹¹.

Quanto aos gastos com armazenamento de grãos, óleos comestíveis, o governo central, em 2017 atingiu RMB 160 bilhões, caiu para RMB 138 bilhões em 2018 e RMB 120 bilhões, em 2019. Na Tabela 1, é possível averiguar que a venda de direitos de uso da terra agrícola foi aumentando sua participação nas receitas dos governos locais, entre 2009 e 2020.

Tabela 1 – Evolução da participação da receita de venda de direitos de uso da terra, em RMB trilhões e %

Itens	2010	2012	2015	2017	2018	2020
Venda direitos de uso de terras por governos locais	1,4	3,3	4,3	3,7	5,2	8,4
Participação (%) receita venda direitos de uso da terra na receita dos fundos geridos governos locais	87,50%	86,80%	86%	88,10%	89,70%	93,30%

Fonte: Elaboração própria com base nos Relatórios Anuais de Implementação do Orçamento (2020; 2018; 2017; 2015; 2012; 2011; 2009).

Infelizmente, uma uniformidade de consulta dos valores dos gastos para o desenvolvimento agrícola, não foi possível de ser mantida ao longo dos anos, com base nos relatórios de implementação do orçamento devido à variação de apresentação dos dados e informações. Ainda assim, é possível afirmar que essa rubrica segue recebendo recursos anualmente.

¹⁰ Também é divulgado a versão 'rascunho' para os orçamentos de 2020. O relatório, como definido no 9º Congresso Nacional do PCCh é divulgado na 3ª Sessão de cada Congresso Nacional do Povo (NPC, sigla em inglês). No caso de 2019, foi o 13º Congresso Nacional do Povo da RPC.

¹¹ A preocupação com a poluição e degradação ambiental se traduziu em uma política mais agressiva de gastos para programas. Ainda de acordo com esse Relatório, RMB 25 bilhões, RMB 31,7 bilhões e RMB 4 bilhões seriam destinados a redução da poluição do ar, águas e terra. Medidas para a recuperação das nascentes dos rios Yangtze e Yellow River foram previstas em 2019 para acontecer em 2020.

Quanto aos subsídios, em um primeiro momento, buscou-se, neste artigo, mapear, anualmente, os gastos do governo central com subsídios para o setor. No entanto, constatou-se quebra dos dados ao longo dos anos (2004-2021), o que tornaria a comparação pouco precisa quanto aos subsídios efetivamente destinados à agricultura e ao rural. Mas, dada a relevância da questão, buscou-se apurar os itens que têm recebido subsídios do governo central entre 2004 e 2020 no setor agrícola e para o rural: (i) suporte à produção agrícola, (ii) subsídios diretos a cultivadores de grãos; (iii) subsídios gerais para insumos agrícolas, (iv) subsídios para variedades superiores de grãos; (v) subsídios para compra/aquisição de máquinas agrícolas; (vi) subsídios a grupos de baixa renda; (vii) subsídios diretos a produtores de soja, milho e arroz; (viii) subsídios por meio da redução da taxa de juros para criação de porcos; (ix) subsídios a pequenas e médias empresas, rural e urbano, com atuação direta em projetos de P&D; (x) armazenamento de grãos, óleos comestíveis é um item das despesas anuais do governo central; (xi) suporte a ‘novos tipos de agricultura’ e contínuo compromisso na promoção de reformas orientadas pelo mercado, ajustando políticas de preço mínimo em milho, arroz e trigo, principalmente.

Os itens de (i) a (v) são frequentes ao longo dos anos, porém, desde 2017, os relatórios passaram a destacar que o governo central viria introduzindo melhorias para estabilizar o subsídio a produtores de grãos e criadores de porcos de modo a, *apropriadamente*, melhorar o mecanismo de subsídio a áreas produtoras, logo, de funcionamento dos mercados. Desde meados da década de 2010, são recorrentes as menções à concessão de subsídio para conversão de terras em áreas de conservação e proteção ambiental e ecológica, bem como para recuperação de solos e rios. A proteção ambiental seria, na visão do PCCh parte integrante do desenvolvimento da China.

Concessão de subsídios para mecanismos especiais de crédito rural e agrícola têm sido mais frequentes. Eles consistem em compartilhamento de riscos, sobretudo para arroz, trigo e milho. Em 2018-2019, as autoridades chinesas definem um ‘sistema de subsídio agrícola’ e o aumento dos prêmios para os condados principais produtores de grãos. Contudo, não está claro como essa melhoria e até mesmo como a política

de subsídio se tornaria ‘mais orientada ao mercado’, até mesmo pelo aumento constante dos valores totais dos subsídios.

Subsídios de governos locais ao longo deste período consistiram nas seguintes rubricas: (i) melhoria da infraestrutura rural; (ii) subsídio aos agricultores; (iii) melhoria das condições de vida e medidas de alívio da pobreza; (iv) projetos de moradia nas zonas rural e urbana; (v) assistência médica. Mesmo que após a entrada da China como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), no início do século XXI, esperava-se uma retirada expressiva de subsídios diretos, cotas estatais de aquisição de grãos e financiamento de silos para armazenamento, em suma, uma desregulamentação da agricultura da China, mas não é esse o cenário que se apresenta, sobretudo a partir de meados da década de 2010.

Quanto à rubrica ‘desenvolvimento agrícola’ como desenvolvimento das forças produtivas –, em todos os relatórios consultados, o Comitê Central do PCCh e CE reconhecem desafios permanentes. Dentre eles, a necessidade de melhorar a estrutura de crédito agrícola, além da necessidade de regulação macroeconômica para enfrentar a subida de preços agrícolas e controle dos níveis de oferta e demanda dos produtos agrícolas. Ainda dentre os desafios, a necessária articulação e a coordenação estatal para promover investimentos em novas variedades, aumento da produção agrícola, de medidas para impulsionar a produção de porcos, laticínios, além da padronização dos produtos (MoF, 2010-2020). O Quadro 1 e o Quadro 2 (ANEXO I e ANEXO II) tratam dessas dificuldades e as medidas que têm sido adotadas para superá-las, em médio e longo prazos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a exposição das ações principais lideradas pelo Comitê Central do PCCh e pelo CE corroboram que nas últimas duas décadas, o CE tem deliberado pelo aumento da escala de produção, modernização da produção e da comercialização. Além disso, exercem indução na reconfiguração da posse da terra, quer dizer, a partir da reforma em que os agricultores foram autorizados a transferir seu direito de uso da terra, as *dragon heads* passaram a estabelecer contratos de

aluguel, ou melhor, de transferência de terras – ‘*large tracts of land*’ –, bem como contratar agricultores sob pagamento de salários.

Assim, há incentivo do Comitê Central do PCCh e do CE à capitalização e formação de um sistema empresarial da agricultura e do rural, porém, há predomínio de atores locais e a promoção de melhorias das condições de vida da população rural, da urbanização e do desenvolvimento regional coordenados. Haveria uma combinação de estratégias, em curso, na China: internacionalização subsidiada de grandes empresas chinesas do agronegócio com necessidades ou com o discurso de autossuficiência doméstica para expandir a capacidade do país para explorar possibilidades no sistema agroalimentar global.

Do lado dos agricultores, esse apoio tem ocorrido pelo fomento de condições de acessar o mercado – “*bringing markets to farmers*” – construindo-se centros de comércio especializados em dadas áreas rurais. O CE expôs uma série de medidas para dar suporte ao estágio inicial da transição agrária: relaxamento do controle migratório, suporte a indústria rural, liberalização do sistema de demanda por grãos, abertura de mercados de terra e preservação de sua propriedade coletiva. Ao passo que os camponeses foram expostos à concorrência, logo, foram excluídos dos elos mais lucrativos das cadeias produtivas. O incentivo a contratos agrícolas é uma medida estatal deliberada, mas em combinação com formas de atenuar ou compensar perdas incorridas pelos agricultores, como o próprio sistema de compras estatais. Existe suporte financeiro estatal elevado para diferentes produtos agrícolas, bem como regimes de produção. Dessa forma, a leitura de que se estaria sob uma política de modernização de comoditização da agricultura não parece ocorrer.

Assim, foi possível considerar que para as autoridades chinesas a articulação orgânica da pequena produção agrícola ao projeto nacional de desenvolvimento econômico – em um país vinculado a cadeias internacionais de produção, com uma população urbana maior, experimentando mudanças de padrão dietético, com maior renda per capita, participação da indústria no PIB – precisa ocorrer por meio da coordenação estatal do investimento, do progresso tecnológico, da industrialização e do aumento da escala de produção com especialização da agricultura.

REFERÊNCIAS

- CHAYANOV, A. V. **The theory of peasant economy**. The American Economic Association. 1966. 386pp.
- DAY, A. F.; SCHNEIDER, M. The end of alternatives? Capitalist transformation, rural activism and the politics of possibility in China. **The Journal of Peasant Studies**, v. 17, n. 7, 1221-1246p. 2018.
- FERNANDES, M. P. O capitalismo como sistema Expansivo: a controvérsia entre Lenin e os populistas. **OIKOS** (RIO DE JANEIRO), v. 16, p. 6-14, 2017.
- GONG, M.; LI, H.; ELAHI, E. Three Rights Separation reform and its impact over farm's productivity: A case study of China. **Land Use Policy**, v. 122, nov/2022.
- Yan, H.; CHEN, Y. Agrarian Capitalization without Capitalism? Capitalist Dynamics from Above and Below in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 3, 366–391pp. 2015.
- HAN, J.; TIAN, J.; FENG, J.; GUO, W.; DONG, S.; YAN, X.; SU, X.; SUN, J. HAN, W. et al. Farmland rental participation, agricultura productivity and household income: evidences from rural China. **Land**, 2021, v. 10.
- HAO, J. Chinese Farmers' Cooperatives and Smallholder Farmer. Tese de doutoramento da Wageningen University and Research, 2018. 145pp.
- HUANG, P. C. C. China's New-Age Small Farms and Their Vertical Integration: Agribusiness or Co-ops? **Modern China**, v.37, n.2, 101-134pp, mar/2011.
- HUANG, P. C. C.; GAO, Y.; PENG, Y. Capitalization without Proletarianization in China's Agricultural Development. **Modern China**, v. 38, n. 2, p. 139-173, 2012.
- HUANG, P. C. C.; GAO, Y. The Dynamics of Capitalization in Chinese Agriculture: Private Firms, the State, or Peasant Households? **Rural China: An International Journal of History and Social Science**, n.10 (2013) 36-65.
- HUANG, P. C. C. The Three Models of China's Agricultural Development: Strengths and Weaknesses of the Administrative, Laissez Faire, and Co-op Approaches. **Rural China: An International Journal of History and Social Science** 14 (2017) 488-527.
- HUANG, Z.; GUAN, L.; J., S. Scale farming operations in China. **International Food and Agribusiness Management Review**, v.20, n.2, 191-200pp, 2016.
- JIANFU, C. The Revision of the Constitution in the PRC: A great leap forward or a symbolic gesture? **China Perspectives**, n.53, maio/junho 2004, 23p.
- 

JINYIMENG. 财政部、农业农村部发布2022年重点强农惠农政策·包括多项补贴！13 de junho de 2022. Acessado em 30 de agosto de 2022. Disponível em: <http://www.jinyimeng.cn/bencandy.php?fid=50&id=1590>

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de Otto Erich walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

Keqiang, L. **Premier Li's speech at the third session of the 13th NPC**, May, 22 2020. Acessado em 12 de novembro de 2022. Disponível em:< <https://news.cgtn.com/news/2020-05-22/Full-text-Premier-Li-s-speech-at-the-third-session-of-the-13th-NPC-QHaP1FpB8k/index.html>>.

LÊNIN, V. I. **Dois táticas da social-democracia na revolução democrática**. São Paulo: Boitempo, 2022.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento capitalista na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural 1982. 402p.

LIU, H. et al. At-home meat consumption in China: an empirical study. **The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics**, v.53, 485-201pp. 2009.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento Recente na China. **Revista de Economia Política**, v. 19, n.3, p. 92-112, 1999.

MERTHA, A. C. China's 'soft' centralization: shifting tiaolkvai authority relations. **The China Quarterly**, n. 184, 91-810pp. 2005.

NOLAN, P. Large firms and industrial reform in former planned economies: the case of China. **Cambridge Journal of Economics**, 1996, 20, 1-29pp.

OLIVEIRA, F. O momento Lênin. **Novos Estudos**, n.75, julho/2006, 23-47pp.

POMERANZ, L. **Do socialismo soviético ao capitalismo russo**. ed. São Paulo: Ateliê Editorial. 2018. 252p.

PONTES MAIA, B. M. S.. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista Nera**, v. 8, n.7, 35-47pp, jul/dez 2005.

SCHNEIDER, M. Dragon Head Enterprises and the State of Agribusiness in China. **Journal of Agrarian Change**, v. 17, n.1, 3-21pp. 2017.

SCHNEIDER, M.; SHEFALI, S. China's Pork Miracle: Agribusiness and Development in China's Pork Industry, Institute for Agriculture and Trade Policy. 2014.

SILVA, L. M. O. Lenin: a questão agrária na Rússia. **Crítica Marxista** (São Paulo), v. 31, p. 65-95, 2012.

TAVARES, A. C. D.; QUINTANS, Mariana Trotta Dalallana. O lugar do camponês e questão agrária na Revolução Russa de 1917. **Revista Direito e Praxis**, n. 8, v.3, 2314-2349pp, 2017.

WANG, Q.; ZHANG, X. Three rights separation: China's proposed rural land rights reform and four types of local trials. **Land Use Policy**, v.63, 111-121pp, 2017.

WORLD BANK. "Four Decades of Poverty Reduction in China: Drivers, Insights for the World, and the Way Ahead", **World Bank Group**. 2022 Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9a5bc3c-718d-57d8-9558-ce325407f737/content>>.

YE, Jingzhong. Land transfer and the pursuit of agricultural modernization in China - Agrarian Change in contemporary China. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n.3, 314-337pp.

ZHANG, G.; LUO, S.; JING, Z.; WEI, S.; MA, Y. Evaluation and Forewarning Management of Regional Resources and Environment Carrying Capacity: A Case Study of Hefei City, Anhui Province, China. **Sustainability**, 2020, 12(4), 1637.

ZHANG, H. **Securing the 'rice bowl'**: China and global food security. Palgrave Macmillan: Singapura. 2019. 310p.

ZHANG, J. Beyond the 'Hidden Agricultural Revolution' and 'China's Overseas Land Investment': Main Trends in China's Agriculture and Food Sector. **Journal of Contemporary China**, v. 28, 2019. 18p.

ZHANG, Q.F.; DONALDSON, J. A. The rise of Agrarian Capitalism with Chinese Characteristics: Agricultural Modernization, Agribusiness and Collective Land Rights. *China Journal*, n. 60, 25-48pp, jul/2008.

ZHANG, Q. F.; DONALDSON, J. A. China's Agrarian Reform and the Privatization of Land: a contrarian view. **Journal of Contemporary China**, v.22, n.80, 255-272pp, 2013.

ZHANG, Q. F. Rural Household's Reproduction in China's Transition to Capitalism: Wage Employment and Family Farming. In: OYA, C.; PONTARA, N. *Rural Wage Employment in Developing Countries: Theory, evidence and Policy*. London: Routledge. 2015.

ANEXO I

Quadro 01 - China: Orientações do PCCh e do CE para desenvolvimento agrícola (2004-2022)

Planos	Ano	Documentos emitidos por PCCh e CE	Plano Quinquenal – diretrizes principais
10º PQ (2001-2005)	2004	Aumento da renda dos camponeses	Controle da taxa de desempregados nas cidades. Aceleração do progresso tecnológico com aumento de gastos públicos em P&D. Redução das disparidades
	2005	Necessidade de conceder apoio financeiro governamental e tecnológico ao setor para melhorar sua capacidade produtiva.	

			regionais. Aumento da renda líquida dos residentes na zona rural em pelo menos 5%.
11º PQ (2006-2010)	2006	Construir o novo campo agrário socialista”, seguindo a determinação para o Plano Quinquenal com maiores esforços para coordenar o desenvolvimento de áreas urbanas e rurais, desenvolver agricultura moderna, sustentar renda dos agricultores, melhorar infraestrutura rural e realizar reformas de organização rural.	Acelerar o progresso tecnológico com aumento de gastos públicos em P&D.
	2007	Desenvolver agricultura moderna e promover a construção de um novo campo agrário socialista.	
	2008	Fortalecer a produção agrícola e seus rendimentos. Aumentar os esforços para garantir segurança alimentar em grãos e balanceamento entre sua oferta e demanda.	
	2009	Alcançar desenvolvimento agrícola estável e aumentos da renda dos agricultores. Construção de um novo campo de características socialistas e a modernização da agricultura com características chinesas. Atribuição às empresas <i>dragon head</i> (empresas líderes) papel central na modernização da produção.	
	2010	Uma série de documentos para o desenvolvimento agrícola e rural foram emitidos pelo CE e ministérios.	
12º PQ (2011-2015)	2011	Documentos que se voltaram para o financiamento (empréstimos) a atores do setor agrícola, bem como documentos como Decreto do CE com regulamentações para reclamação de terras e para inovação tecnológica.	Enfrentamento do aumento da desigualdade e promoção do crescimento econômico sustentável. Aumento da proteção e conservação ambientais. Investimento na agricultura moderna e de alta tecnologia.
	2012	Diretrizes para aumentar a escala de produção e avançar na integração vertical da agricultura, além de circulares específicas para o meio ambiente e medidas para o estoque de grãos.	
	2013	Alguns documentos voltados para modernização da agricultura foram lançados pelo CE quanto à administração pelo governo de fundos	

		para desenvolvimento da agricultura moderna.	
	2014	Documento central ressalta agricultura, áreas rurais e agricultores na estratégia nacional de desenvolvimento.	
	2015	Prioridade ao setor segue destaque no documento central de política do CE e circulares para gestão dos direitos da terra agrícola são emitidas.	
13º PQ (2016-2020)	2016	Assegurar provisão de investimentos no desenvolvimento agrícola, gestão de agências locais de financiamento, desenvolvimento de uma indústria de maquinário agrícola, administração do mercado de insumos de produção para agricultura.	Promoção de uma sociedade mais equitativa. Redução das lacunas de desenvolvimento e renda entre rural e urbano. Desenvolvimento da indústria ambiental e voltado para inovação.
	2017	Agricultura, áreas rurais e agricultores são prioridade, porém se constata que permanece um problema estrutural de desequilíbrio entre oferta e demanda de modo que é necessária reforma estrutural pelo lado da oferta.	
	2018	Agricultura, áreas rurais e agricultores seguem sendo prioridade no que se destaca a necessidade de esforços para rejuvenescer (modernizar) a indústria agrícola em toda a China, o que se destinariam subsídios e fundos especiais.	
	2019	Agricultura, áreas rurais e agricultores seguem sendo prioridade. A revitalização do rural – em linha com o 19º Congresso Nacional do PCCh e, assim, com o socialismo de características chinesas para uma nova era – chancela execução de uma série de tarefas que permitirão alcançar uma sociedade próspera.	
	2020	Agricultura, áreas rurais e agricultores novamente são mencionados como prioridade da China para garantir o crescimento econômico e estabilidade nas áreas rurais. O alívio da pobreza rural está incluído nessa prioridade.	
14º PQ (2021-2025)	2021	Agricultura, áreas rurais e agricultores, assim como alívio da pobreza seguem sendo prioridades, porém, são apresentados em termos de revitalização do rural, aceleração da	Meta de tornar a China uma economia 'moderadamente desenvolvida' até 2035. Crescimento econômico de longo prazo centrado no

		modernização da agricultura e das áreas rurais, bem como do avanço na construção da infraestrutura.	consumo doméstico e reduzir as disparidades entre rural e urbano.
	2022	Aprofunda o entendimento de que os esforços para a revitalização rural devem ser prioridade.	

Fonte: Elaboração própria com base em sítio do CE, vários anos.

ANEXO II

Quadro 2 - Modernização e revitalização do rural da China: princípios e metas

Princípios	Metas	Andamento
Reforma estrutural do lado da oferta agrícola	Incentivo a novos modelos de negócios; aumento da escala de produção; padronização e marcas; capacitação da criação de suínos; diversificação produtiva com base nas vocações locais, fortalecimento da proteção e do desenvolvimento de recursos de germoplasma; construção de indústrias processadoras locais.	Promoção da coordenação rural-urbano do desenvolvimento econômico. Política de subsídios para compra de máquinas e implementos agrícolas.
Desenvolvimento da integração da agricultura com indústria e serviços	Orientação ao mercado para alocação de recursos. Apoio construção de fábricas rurais padronizadas e oficinas; incentivo a cooperativas e unidades agrícolas familiares. Incentivo ao desenvolvimento de consórcios de industrialização agrícola por empresas <i>dragon heads</i> .	Reforço do compromisso com a integração vertical na agricultura como forma de revitalização do rural e promoção de melhoria de condições de vida no campo.
Inovação tecnológica	Promoção da Internet das Coisas (IoT), e <i>big data</i> em toda a cadeia – ‘agricultura inteligente’ –; de centros de serviços especializados; de parques agrícolas industriais modernos e cidades industriais agrícolas.	Redução de taxas (tributação) também viria sendo instrumento de incentivo para superar gargalos entre os elos produtivos das diferentes cadeias industriais.
Alívio da pobreza e aumento da renda dos agricultores	Aumento do volume de investimento em capital e tecnologia.	Residências na zona rural com menores níveis de renda <i>per capita</i> têm recebido assistência.
Financiamento rural	Aumento da proporção da receita de transferência de	Para todos os setores têm sido adotadas medidas de

	terras agrícolas e áreas rurais para apoiar a revitalização da indústria rural. Incentivo à criação de fundos financeiros para desenvolvimento da indústria rural orientada para o mercado.	facilitação de acesso e de pagamento de créditos, bem como de ajudar tomadores no fornecimento de garantias.
--	---	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios anuais de implementação do orçamento dos governos central e local e de trabalho do PCCh; vários anos.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Rubia Cristina Wegner - Concepção. Coleta de dados, Análise de dados, Elaboração do manuscrito, revisão e aprovação da versão final do trabalho

Marcelo Pereira Fernandes – Concepção e elaboração do manuscrito. Coleta de dados. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não há quaisquer conflitos de interesse da parte da autoria e artigo para com a revista.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 17-04-2024

Aprovado em: 29-01-2025